

# AS PRODUÇÕES DO PERIÓDICO *PENSAR A PRÁTICA* QUE RELACIONARAM OS SEUS OBJETOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER (1998-2015)<sup>1</sup>

**Diego Petyk de Sousa**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

**Bruno José Gabriel**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

**Alfredo Cesar Antunes**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

**Bruno Pedroso**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

**Constantino Ribeiro de Oliveira Junior**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

**Miguel Archanjo de Freitas Jr**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

## Resumo

Esta pesquisa objetiva realizar o mapeamento e a análise das produções do periódico *Pensar a Prática*, estruturado no subcampo acadêmico/científico da Educação Física, que relacionaram os seus objetos de estudo às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, entre 1998 a 2015. Para tanto, optou-se pela adoção dos direcionamentos das pesquisas denominadas de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, complementados pelos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo. Foram encontrados 16 artigos, por meio dos quais se constatou uma oscilação quanto à periodicidade de publicações, uma filiação institucional preponderante à região Sul e uma baixa prioridade em clarificar a estrutura metodológica e a definição dos conceitos de Políticas Públicas, Esporte e Lazer.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Esporte. Lazer.

## Introdução

A partir da estruturação da Constituição Federal Brasileira de 1988, o esporte e o lazer são elevados à disposição de direito a todos os cidadãos. Por conseguinte, o Estado passou a ter a responsabilidade de implementar políticas públicas voltadas para a sua efetivação.

Nesse sentido, as políticas públicas direcionadas à acessibilidade populacional, ao esporte e ao lazer passaram a ser materializadas por meio de diversas ações, como, por exemplo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Segundo Tempo

---

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com o apoio financeiro de nenhuma natureza para a sua realização.

(PST). Essa materialização acabou influenciando no interesse do campo acadêmico/científico, e mais especificamente, do subcampo da Educação Física, em discutir as interfaces dessa temática, resultando em um aumento quantitativo considerável de pesquisas nas últimas décadas (AMARAL; FERREIRA, 2009).

Diante desta contextualização e da impossibilidade de abranger o subcampo acadêmico/científico da Educação Física em sua totalidade, delimitou-se como objetivos do presente estudo o mapeamento e a análise das produções publicadas no periódico *Pensar a Prática*, que relacionaram os seus objetos de estudo às Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), entre 1998 a 2015. Para tanto, optou-se pela adoção dos direcionamentos das pesquisas denominadas de Estado da Arte (EA) ou Estado do Conhecimento (EC), complementados pelos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo (AC). A justificativa para a realização desta pesquisa está alicerçada na contribuição para o avanço qualitativo das produções no subcampo científico/acadêmico de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.<sup>2</sup>

## Metodologia

O delineamento desta pesquisa está estruturado com base nos apontamentos de Gil (1999). A sua classificação do ponto da natureza é básica, pois gerará novos conhecimentos para os estudos relacionados às PPEL. O seu problema foi abordado de maneira qualitativa. Em relação ao seu objetivo tem o caráter exploratório, na medida em que pretende, por meio do mapeamento e da análise, refinar o entendimento sobre a produção do conhecimento em PPEL. Não obstante, utilizou-se a bibliográfica enquanto procedimento técnico.

Nesse sentido, para efetivar a estrutura de pesquisa supracitada e alcançar a sua objetivação, optou-se pela adoção dos direcionamentos metodológicos das pesquisas denominadas de EA ou EC. Esta opção justifica-se, pois elas têm como finalidade o mapeamento, a organização e a análise da produção científica de qualquer campo do conhecimento, delimitada por uma baliza temporal.

Teixeira (2006a; 2006b) definiu EA ou EC enquanto um levantamento bibliográfico, sistemático e analítico das produções<sup>3</sup> de um determinado campo ou subcampo acadêmico/científico acerca de uma temática predeterminada, balizado temporalmente. Nesse contexto, Haddad (2002) argumentou que essas pesquisas permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo do conhecimento, reconhecer os principais resultados das suas investigações, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas, contradições e interfaces inexploradas abertas à pesquisa.

Já Ferreira (2002) salientou que as pesquisas denominadas EA ou EC, de caráter eminentemente bibliográfico, são invariavelmente estruturadas pelo desafio de mapear e analisar certa produção científica em diferentes campos do conhecimento. Em seu relatório discursivo buscam responder que aspectos e dimensões vêm sendo privilegiados em distintos períodos históricos e localidades geográficas, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e

<sup>2</sup> Sobre o subcampo científico/acadêmico de políticas públicas de esporte e lazer. STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. 2011. 421f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

<sup>3</sup> Segundo Sá Barreto e Pahim Pinto (2001), as fontes empíricas utilizadas nas pesquisas denominadas de EA ou EC não se restringem às bibliográficas, podendo ser, em função do escopo do trabalho, documentos oficiais, legislação, artigos de periódicos de divulgação, como jornais e outros. SÁ BARRETO, Elba Siqueira de.; PAHIM PINTO, Regina. Avaliação da educação básica (1990 – 1998) Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001. (Estado do Conhecimento n. 4).

comunicações em anais de congressos e seminários. Elas também são reconhecidas pela realização de uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção científica sobre a temática que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais na singularidade de cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Por conseguinte, em complemento a esse direcionamento metodológico inicial, utilizaram-se os pressupostos da AC. A opção por essa metodologia de análise está relacionada à instrumentalização dos pesquisadores no processo analítico dos diversos tipos de discursos existentes, dentre eles o acadêmico/científico.

Bardin (2011) definiu a AC como um conjunto de instrumentos metodológicos de análise das comunicações, que visa obter, mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos e qualitativos) permissíveis de inferências sobre os conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas. O fator comum destes instrumentos múltiplos e multiplicados é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução, a inferência.

Nesse sentido, aplicaram-se os instrumentos referentes às diferentes etapas da organização analítica da AC, a qual está estruturada em torno de três polos cronológicos, quais sejam a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, as inferências e as interpretações.

Durante a pré-análise, etapa correspondente à organização propriamente dita do material empírico, foram realizadas as três missões necessárias, não sucedidas obrigatoriamente em uma ordem cronológica: 1. A escolha dos documentos a serem analisados; 2. A indicação do (s) objetivo(s) e; 3. A eleição dos índices e dos indicadores que fundamentaram a análise final.

Ao intentar o mapeamento e a análise qualitativa das produções científicas que relacionaram os seus objetos de estudo às PPEL, escolheram-se as fontes os periódicos como o material empírico que seria submetido à análise. Esta ramificação comunicativa foi escolhida, pois mesmo com a existência de outras, como os congressos, os seminários, as dissertações e as teses, os seus autores, influenciados pelas leis específicas do campo acadêmico/científico, utilizam os periódicos, sobretudo aqueles indexados no QUALIS da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a divulgação parcial e/ou total dos resultados de pesquisas publicadas nos dispositivos anteriormente mencionados.

Dentre as diversas revistas estruturadas no subcampo acadêmico/científico da Educação Física, definiu-se apenas a *Pensar a Prática*<sup>4</sup> como o documento empírico devido ao volume de capital simbólico<sup>5</sup> que ela acumulou ao longo das conjunturas precedentes, resultando na sua disposição contemporânea entre os veículos mais influentes perante à sociedade brasileira.

A partir das compreensões e das impressões emergidas durante a leitura flutuante desse periódico em sua totalidade, delimitou-se o *corpus* da pesquisa e as produções (os artigos e os ensaios excluindo-se as resenhas) publicadas entre janeiro de 1998 a dezembro de

<sup>4</sup> Este periódico científico está vinculado à Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Avança como um veículo de divulgação em Educação Física desde o seu lançamento em junho de 1998 até a contemporaneidade, caracterizando-se como um dos principais meios de difusão científica desta área na região Centro-Oeste, mas também alcançando significativa penetração em outros polos do Brasil, na América Latina e recentemente na Europa. Após diversas alterações no decorrer da sua história, atualmente este periódico científico tem periodicidade quadrienal de publicação.

<sup>5</sup> O capital simbólico pode ser definido como uma medida do reconhecimento, da significância e do prestígio disposto por um agente (indivíduo ou instituição) num determinado campo. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003. Segundo a última classificação divulgada pela CAPES, via plataforma Sucupira, o periódico científico “Pensar a Prática” dispõe do conceito B2.

2015, baliza temporal que corresponde ao período da primeira e da última edição disponibilizadas online no site da revista. Por meio desse dispositivo virtual ocorreu a coleta dos dados. Inicialmente os artigos foram coletados através do buscador da revista, tendo como termos indexados “políticas sociais”, “políticas públicas de esporte”, “políticas de esporte”, “políticas públicas de lazer”, “políticas de lazer”, “políticas públicas” e “política pública”. Em um segundo momento, foram verificados os títulos de todos os artigos e ensaios, e a partir da relação com as PPEL, recorreu-se a leitura do texto completo para a inclusão empírica no *corpus* da pesquisa.

Terminaram-se as tarefas da pré-análise, efetivando a coleta, a organização e a obtenção das informações que coadunam com a objetivação desta pesquisa. Posteriormente, foi realizada a exploração do material, que corresponde às operações de codificação, desconto ou enumeração relacionadas às decisões tomadas anteriormente no tocante ao material empírico selecionado. Nesse sentido, definiram-se que as unidades de registro (UR), recortes semânticos que direcionam a categorização, seriam as temáticas emergentes e as unidades de contexto (UC), elementos que referenciam o local de emersão das UR, seriam os parágrafos e/ou a junção de parágrafos que estruturam o corpo dos textos em sua totalidade.

Definidas as UR e as UC, contaram-se a totalidade de produções, classificando-as progressivamente em T1, T2 e assim sucessivamente até o T16, tendo como o primeiro critério o ano de publicação, seguido da edição e da ordem de publicação. A vinculação institucional dos seus autores, tendo como critério as regiões geográficas nas quais as Instituições de Ensino Superior (IES) estão alocadas. E as UR emergidas (o que normalmente se conta), guiadas pela regra de enumeração denominada de presença ou ausência, que expressa o apontamento e o não apontamento das temáticas solicitadas. Diante desta definição, optou-se por alocar as designações nominais dos temas encontrados referentes à metodologia (categoria) em suas subcategorias, quais sejam a abordagem do problema, os procedimentos técnicos, coleta de dados e análise e interpretação dos dados. Igualmente, no que se refere ao conceito de Políticas Públicas (categoria), intervenção do Estado (subcategoria), ao conceito de Esporte (categoria), regido por regras e normas e fenômeno sociocultural (subcategorias) e ao conceito de Lazer (categoria), vivência lúdica e lazer-cidadania (subcategorias).

## Resultados e discussão

Antes de apresentar o mapeamento e a análise qualitativa das produções do periódico científico *Pensar a Prática*, buscou-se compreender algumas características do campo acadêmico/científico, embasando-se nos pressupostos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Por sua vez, essa teoria coaduna com os pressupostos da AC, pois ambas externalizam contrariedade à ilusão da transparência dos fatos, a compreensão espontânea dos fenômenos da sociedade, a evidência do saber subjetivo, a intuição em proveito do construído e a sociologia ingênua.

O campo acadêmico/científico, tal como propõe Bourdieu (1983), se apresenta a apreensão sincrônica como um espaço estruturado de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das suas distintas e distintivas posições nessa estrutura, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por eles). Assim como os outros campos, o acadêmico/científico extrema-se pelo confronto entre agentes inseridos nas estruturas, periódicos científicos, por exemplo, disputando objeto(s), o *status* (dispor de um conceito relevante segundo a classificação estruturada pela CAPES) e o seu conseqüente poder de influência social, dentre os outros existentes, aptos para tal ocorrência e dotados de *habitus* que implique no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes da(s) disputa(s).

Segundo Bourdieu (1983, p. 94), *habitus* corresponde aos sistemas de disposições adquiridas pelas aprendizagens (implícitas ou explícitas) que funcionam como sistemas de esquemas geradores, gerando estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido concebidas para este fim. Vale ressaltar que os *habitus* dos ocupantes das posições acadêmico/científico são estruturados com generalidades do campo e com especificidades da sua posição nesse espaço social - a ética e a estrutura científica requisitada no processo de aceitação das produções pelos periódicos.

Mas, o que se entende por produção científica, produto objetivado no campo acadêmico/científico de uma maneira geral e nas suas posições específicas? Cervo (2007), formulou uma resposta para a indagação mencionada, definindo-a como uma atividade (materializada em relatório) voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos mediante o emprego prático de estruturas científicas (a metodologia e a teoria, por exemplo).

Por conseguinte, com base no objetivo de mapear e analisar as produções publicadas no periódico *Pensar a Prática*, estrutura estruturada no subcampo acadêmico/científico da Educação Física, que relacionaram os seus objetos de estudo às PPEL, entre 1998 a 2015, e nos pressupostos teóricos e metodológicos supracitados, encontrou-se um total de 16 artigos publicados (TABELA 01).

Tabela 01 – Produções publicadas no periódico científico *Pensar a Prática* que relacionaram os seus objetos de estudo às Políticas Públicas de Esporte e Lazer (1998-2015)

REFERÊNCIA	ARTIGO
Ferreira (1999)	T1
Santos; Amaral (2010)	T2
Lara (2012)	T3
Castro et al. (2012)	T4
Veronez et al. (2012)	T5
Reynaga-Estrada (2012)	T6
Santos (2013)	T7
Starepravo; Marchi Júnior (2013)	T8
Athayde et al. (2013)	T9
Souza; Souza; Castro (2013)	T10
Santos; Andrade; Santos (2014)	T11
Soares et al. (2015)	T12
Reis et al. (2015)	T13
Nascimento; Lazzarotti Filho; Inácio (2015)	T14
Starepravo; Marchi Júnior (2015)	T15
Neves et al. (2015)	T16

Fonte: Os autores

A Tabela 02 esquematiza o total de publicações do periódico científico *Pensar a Prática* durante os anos de 1998 a 2015, em relação as que associaram os seus objetos às PPEL, as quais foram alocadas entre parênteses.

Tabela 02 - Número total de artigos publicados e a relação com os estudos que relacionaram os seus objetos às Políticas Públicas de Esporte e Lazer no periódico *Pensar a Prática* (1998-2015)

Ano/periódico	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	TOTAL
<b>Pensar a</b>	10	11	08	09	07	09	16	15	19	21	30	36	41	46	64	75	79	74	513



---

**prática** (0) (1) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (1) (0) (4) (4) (1) (5) (16)

---

Fonte: Os autores

Observou-se que foram publicados 513 artigos no periódico científico *Pensar a Prática*. Desses, 16 relacionaram os seus objetos às PPEL, correspondendo a 3,11% do total. A média anual de publicações relacionadas às PPEL foi de 0,88%. Entretanto, nos anos de 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011 não foram encontradas produções, as quais estão concentradas no período de 2012 a 2015 (87,5%). Neste último ano, efetivou-se o ápice de publicações, 6,75% do total relacionado às PPEL.

Infere-se que a ausência de publicações entre 2000 a 2009 relacionadas às PPEL está ligada ao fato de o periódico ter sido tematizado nesse período, inexistindo chamadas específicas à temática em questão. A partir de 2009, a submissão passou para temas livres, característica que auxilia na compreensão da concentração de produções publicadas entre 2010 a 2015. Outro ponto que colabora para esse agrupamento é o fato da centralidade dos estudos sobre PP no processo de implementação (MARQUES, 2013). Levando em conta a criação do Ministério do Esporte (ME) no ano 2003 e as suas ações no formato de programas e projetos, é fundamental certo afastamento temporal para os estudos de implementação acontecerem.

Nesse sentido, foi verificada a inexistência de um crescimento progressivo de publicações relacionadas às PPEL no periódico científico *Pensar a Prática*, sendo evidenciada uma oscilação entre os anos que houve publicações. Oscilação também encontrada por Castro et al. (2012) em um estudo sobre o estado da arte de PPEL, balizado temporalmente pelos anos de 2000 a 2009, com enfoque em teses e dissertações encontradas no Banco de Teses do Portal Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e em cinco periódicos nacionais (Revista Motriz, Revista Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte e Revista de Educação Física/UEM).

A Tabela 03 ilustra a vinculação institucional de todos os pesquisadores das produções científicas, tendo como referência as regiões geográficas nas quais as IES estão alocadas.

Tabela 03 - Vinculação regional relacionada às alocações das Instituições de Ensino Superior dos pesquisadores

LOCALIDADE	FREQUÊNCIA	%
Sul	8	40
Sudeste	3	15
Centro-Oeste	6	30
Nordeste	2	10
Norte	0	0
Internacional	1	5
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Os autores

Como é possível observar, a maioria das publicações do periódico *Pensar Prática* tem os pesquisadores vinculados às IES alocadas regionalmente no Sul do país (50%), concentrando-se exclusivamente em Universidades Públicas, quais sejam a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Na região Centro-Oeste evidenciou 30% da produção, distribuídas na Universidade de Brasília (UNB), Universidade Católica de Brasília e Universidade Federal de Goiás (UFG). Já a região Sudeste obteve 15% das publicações, tendo a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Juiz de fora (UFJF) como IES representadas. A região nordeste apareceu com 10% da produção concentrada na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). A região Norte não obteve representação. Também foi encontrado um artigo internacional (5%), vinculado à

Universidade de Guadalajara, no México, e estudos realizados entre instituições do mesmo Estado, como no caso de dois artigos entre UEM/UFPR, um da mesma região UFG/UNB e outro entre regiões UFG/UFMS/UFJF/UCB.

Com base no exposto, constata-se que os pesquisadores vinculados às IES alocadas regionalmente no Sul do país concentraram de forma significativa as publicações relacionadas às PPEL. Infere-se que esta constatação pode estar ligada às informações contextualizadas por Santos (2013), que identificou a região Sul como o ambiente institucional mais estruturado para a efetivação e difusão de PPEL, resultando na influência quanto à necessidade de produções científicas sobre o tema e nas possibilidades de acessos aos locais e aos dados pelos pesquisadores. Outro ponto que pode justificar essa concentração de estudos sobre PPEL está no fato da preponderância de grupos de pesquisas sobre PPEL na região Sul. (STAREPRAVO, 2011; SILVA; ROMERA; BORGES, 2014).

Acerca da estrutura científica das produções publicadas que relacionaram os seus objetos de estudo às PPEL, mais especificamente a categoria metodologia,<sup>6</sup> verificou-se os apontamentos dos autores referentes à abordagem do problema, os procedimentos técnicos, a coleta de dados e a análise e interpretação dos dados (subcategorias). Entende-se que o apontamento dessas informações é relevante para direcionamento de pesquisas posteriores, ajudando os pesquisadores na construção do conhecimento.

Em relação à subcategoria ‘abordagem do problema’, dos 16 artigos analisados cinco apontaram claramente no corpo do texto essa disposição. Destes, quatro se identificaram como qualitativos e um como misto. Apesar de as outras 11 pesquisas não terem realizado apontamentos, pode-se afirmar que houve uma predominância de abordagens qualitativas, resultado semelhante ao encontrado por Castro et al. (2012).

Referente à subcategoria “procedimentos técnicos”, dos 16 artigos analisados oito citaram de forma direta o delineamento do estudo quanto os seus procedimentos técnicos. Assim, foram identificados a pesquisa bibliográfica, a etnográfica, o levantamento e o estudo de caso, respectivamente.

Sobre a subcategoria “coletas de dados”, vale salientar que dos 16 artigos analisados dois não apontaram como foi realizada a coleta de dados e alguns se apropriaram de combinações para realizá-la. Entre a diversidade de técnicas apontadas constatou-se que as pesquisas relacionadas às PPEL estão priorizando como fontes os documentos, principalmente os institucionais (legislação e diretrizes), com a preocupação em verificar e analisar as interfaces normativas das Políticas Públicas. As entrevistas e o questionário estavam direcionados aos coordenadores dos programas. Já as observações, o diário de campo e o diálogo foram utilizados como recursos para as pesquisas de delineamento etnográfico. Por fim, os estudos com uso exclusivo da bibliografia buscavam analisar a produção acadêmica/científica relacionadas às PPEL ou refletir teoricamente sobre os programas sociais.

Quanto à subcategoria “análise e interpretação de dados”, dos 16 artigos analisados 12 não apresentaram claramente como foi realizada a sua análise empírica. Dois trabalhos recorreram à Análise de Conteúdo de Bardin (2011), um as concepções próprias de análise direcionadas pela pesquisa etnográfica, um a triangulação de métodos e um a *grounded theory*.

Na sequência, avançou-se para os conceitos de Políticas Públicas, Esporte e Lazer apontados claramente no corpo das produções. Primeiramente, vale ressaltar, que a estrutura conceitual é uma das mais importantes categorias dentre as diversas que estruturam uma

---

<sup>6</sup> Por metodologia concorda-se com o argumento de Minayo (2012), que expressa que esta estrutura científica refere-se ao caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.

produção científica. Segundo Minayo (2012), os conceitos são vocábulos ou expressões carregadas de sentido em torno dos quais existem uma história e uma ação social.

Em decorrência da importância conceitual ressaltada, acredita-se que os conceitos são fundamentais na estruturação das produções de um determinado campo ou subcampo acadêmico/científico. Os conceitos de Políticas Públicas, Esporte e Lazer apontados claramente pelos pesquisadores estão carregados de sentidos distintivos, pois dispõem de histórias e ações sociais distintas. Por conseguinte, torna-se fundamental a realização de um mapeamento conceitual para o apontamento e a análise dos sentidos preponderantes nos estudos relacionados às PPEL.

Dos 16 artigos encontrados seis apontaram algum conceito para a categoria de Política Pública, os quais foram dispostos na Tabela 04, na sua respectiva subcategoria.

Tabela 04 - Conceito de Políticas Públicas

SUBCATEGORIA	TEXTOS	REFÊRENCIAS UTILIZADAS
Intervenção do Estado.	T3, T4, T12, T14, T15, T16	Amaral (2004); Cunha; Cunha (2002); Hölfing (2001); Menicucci (2006); Stigger (1998)

Fonte: Os autores

Os sentidos expressos pelos conceitos de Políticas Públicas apresentados foram alocados em uma subcategoria, “intervenção do Estado”. Para esta perspectiva, estruturada no continente europeu, as Políticas Públicas e o Estado estão inter-relacionados, pois as efetivações daquelas são fundamentais para a consolidação de um Estado democrático de direito. Por isso, considera-se uma condição *sine qua non* a problematização das concepções de Estado e de política dispostas no período histórico em que uma Política Pública está vigente, aspectos que influem diretamente nas suas práticas e nos seus resultados (HOLFING, 2001; SOUZA, 2006; BOSCHETTI, 2009).

Dos 16 artigos encontrados cinco apontaram algum conceito para a categoria ‘Esporte’, os quais foram dispostos na tabela 05, nas suas respectivas subcategorias.

Tabela 5 - Conceito de Esporte

SUBCATEGORIA	TEXTOS	REFÊRENCIAS
--------------	--------	-------------



<b>UTILIZADAS</b>		
Regido por regras e normas	T6	Arribau (1997); Vargas (1998)
Fenômeno sociocultural	T4, T11, T14, T15	Stigger (2002); Bracht (2005); Tubino (2010)

Fonte: Os autores

Os distintos sentidos expressos pelos conceitos de “Esporte” apresentados foram alocados em duas subcategorias. Na primeira ficaram todos os que relacionaram os seus entendimentos a um suposto dispositivo estrutural “regido por regras e normas”. Essa conceituação se aproxima de uma concepção mais tradicional de Esporte, que expressa o seu desdobramento em atividades competitivas institucionalizadas, exigentes de dedicações e habilidades físicas pelos seus participantes. (ARIBAU, 1997; VARGAS, 1998).

Na segunda subcategoria, “fenômeno sociocultural”, o Esporte é entendido como fenômeno sociocultural, ou seja, enquanto uma disposição que é estruturada cultural e socialmente. O esporte é um dos fenômenos mais significantes da atualidade, estando, de uma forma ou de outra, presente no cotidiano da maioria das pessoas. No Brasil, o conceito de esporte foi dividido em três manifestações: educacional, participação e rendimento. (BRACHT, 2005; TUBINO, 2010).

Dentro das distintas diferenciações do “Esporte”, a sua ramificação sociocultural direcionada à educação foi a que apareceu de forma significativa nos textos analisados. A manifestação esporte educacional é central para compreender algumas PPEL, por exemplo, o PST.

Segundo Tubino (2010), o esporte educacional objetiva a formação da cidadania, e, conseqüentemente, está estruturado pela concepção que o compreende enquanto uma disposição que deveria ser acessível a todos os alunos, independente do talento. Por outro lado, Bracht (2005), partindo da ideia das três manifestações do conceito de Esporte, entende o mesmo de forma dual, ou seja, Esporte de alto rendimento/espetáculo e o Esporte enquanto atividade de lazer. Portanto, o esporte praticado em ambiente escolar ou em PPEL, como no caso do PST, estaria vinculado a uma das duas perspectivas concebidas pelo autor.

Dessa forma, infere-se que o esporte pode ser conceituado de diversas formas, embasando-se em concepções teóricas distintas. Essa inferência coaduna com o argumento de Marchi Junior e Afonso (2007), quando eles salientaram que o esporte é um fenômeno polissêmico, que dispõe de sentidos e significados distintivos em função do espaço social e dos fins objetivados.

Dos 16 artigos encontrados dois apontaram algum conceito de Lazer. A Tabela 06 proporciona um panorama das duas subcategorias relativas ao conceito de Lazer que foram identificadas.

Tabela 06- Conceito de Lazer

<b>SUBCATEGORIA</b>	<b>TEXTOS</b>	<b>REFERÊNCIAS UTILIZADAS</b>
Vivência lúdica	T12	Gomes (2008)

---

Fonte: Os autores

Os distintos sentidos expressos pelos conceitos de ‘Lazer’ apresentados foram alocados em duas subcategorias. Na primeira ficou o que relacionou o seu entendimento à “vivência lúdica”. Para esta perspectiva, o Lazer é entendido enquanto um fenômeno dialético, uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de diferentes manifestações no tempo/espço conquistado ou disponível. Portanto, teria como finalidade o desfrute da experiência vivida cultural e socialmente (GOMES, 2008).

Na subcategoria “Lazer-cidadania”, ele é entendido enquanto um direito social que pode estruturar bases para a construção de uma sociedade mais democrática, possibilitando o exercício coletivo da cidadania. A conexão entre Lazer e cidadania tem influência do referencial teórico marxista, entendendo a necessidade da efetivação deste direito social como fundamental para a formação integral do sujeito. Entretanto, para isso acontecer é preciso práticas reivindicatórias (MASCARENHAS, 2004).

### **Considerações finais**

A partir do mapeamento e da análise dos artigos publicados no periódico *Pensar a Prática*, que relacionaram os seus objetos de estudo às PPEL, percebeu-se um avanço quantitativo na produção de conhecimento acerca da temática após o ano de 2009, sendo o ápice de publicações (cinco no total) em 2015. Esses estudos focaram, principalmente, a análise das PPEL desenvolvidas pelo governo federal, com destaque para o PST como a principal fonte investigada.

O olhar dos pesquisadores de PPEL foi direcionado aos aspectos institucionais. Os seus principais sujeitos foram os coordenadores locais, constatação que direciona para a necessidade de uma diversificação dos agentes pesquisados, juntamente com a estruturação de estudos sobre as PPEL desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais.

No que se refere à vinculação institucional dos pesquisadores, constatou-se uma diversidade de IES alocadas nas diferentes regiões geográficas do Brasil, tendo a região Sul obtido preponderância. Sobre a estrutura metodológica, os pesquisadores apresentaram de maneira insuficiente a descrição do delineamento de suas pesquisas, pois foi estabelecida como premissa a sua importância no que se refere à possibilidade de que outros estudiosos apliquem os mesmos procedimentos em outras realidades. Porém, é importante ressaltar que o não apontamento de um delineamento estruturado pode estar relacionado ao estilo de escrita. Entre os que o fizeram, destacou-se a pesquisa qualitativa enquanto a abordagem do problema, a bibliográfica em relação aos seus procedimentos técnicos, às fontes documentais como recurso de coleta de dados e a Análise de Conteúdo como forma de análise e interpretação. Já em relação ao conceito de Políticas Públicas, Esporte e Lazer, verificou-se que a maioria das pesquisas não apresentou os seus respectivos sentidos.

Por fim, como lacunas foram evidenciadas a baixa prioridade dos autores em clarificar a estrutura metodológica e a definição conceitual de Políticas Públicas, Esporte e Lazer. No entanto, entende-se que o apontamento dessas últimas estruturas possa ser relativizado em função da articulação estabelecida com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, como, por exemplo, nas pesquisas que realizam um EA ou EC sobre a temática.

## THE PRODUCTION OF THE JOURNAL *PENSAR A PRÁTICA* RELATED TO PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND LEISURE (1998-2015)

### Abstract

This study aimed at mapping and analyzing the production of the journal *Pensar a Prática*, structured in the scientific/academic sub-field of Physical Education, which related its object of study to public policies for sport and leisure between 1998 and 2015. In order to do that, the research approach regarded as State of the Art or State of Knowledge was adopted, which was complemented by the methodological guidelines of Content Analysis. Sixteen articles were found, through which some oscillation was seen regarding the frequency of publications, preponderant institutional filiation to the south region and low priority to the clarification of the methodological structure and the definition of concepts of Public Policies, Sport and Leisure.

**Keywords:** Public Policies. Sport. Leisure.

## LAS PRODUCCIONES DEL PERIÓDICO *PENSAR A PRÁTICA* QUE HAN RELACIONADO SUS OBJETOS A LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y OCIO (1998-2015)

### Resumen

Esta investigación mapea y analiza de las producciones del periódico *Pensar a Prática*, estructuradas en el sub-campo académico/científico de la Educación Física, que han relacionado sus objetos de estudio a las Políticas Públicas de Deporte y Ocio, entre 1998 y 2015. Para eso, se ha optado por la adopción de las directrices de las investigaciones denominadas Estado del Arte o Estado del Conocimiento, complementadas por los presupuestos metodológicos del Análisis de Contenido. Han sido encontrados 16 artículos, por medio de los cuales se ha constatado una oscilación en relación a la periodicidad de publicaciones, una filiación institucional preponderante a la región Sur y una baja prioridad relacionada a la elucidación de la estructura metodológica y la definición de los conceptos de Políticas Públicas, Deporte y Ocio.

**Palabras clave:** Políticas Públicas. Deporte. Ocio.

### Referências

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 7239, set. 2009. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos2/25reflexoes\\_sobre\\_a\\_producao\\_em\\_politicas\\_publicas\\_em\\_ef\\_lazer16.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/25reflexoes_sobre_a_producao_em_politicas_publicas_em_ef_lazer16.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ARIBAU C. **Diccionarios.com**. Barcelona, Espanha. 3. ed. 1997.

ATHAYDE, P. et al. O agendamento dos jogos Rio 2016: temas e termos para debate. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 3, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/19270>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.htm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm)>. Acesso em 15 nov. 2015.

CASTRO, S. B. E. et al. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/13823>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CUNHA, E. P.; CUNHA E. S. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, M. G. O esporte de alto rendimento como política pública do Estado burguês: acumulação, a legitimação e exclusão social capitalista nem sempre dissimuladas. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 2, nov. 1999. Disponível em: <<http://revistas.ufg.emnuvens.com.br/fef/article/view/160>>. Acesso em: 01 nov. 2015

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-172, ago. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HADDAD, S. **Juventude e escolarização: uma análise da produção de conhecimentos**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2002. (Estado do Conhecimento n.8).

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos de Educação**, Campinas, v. 21 n. 55, 2001.

LARA, L. M. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 1, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/18017>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v.10, n. 2, p. 73-90, mai./ago., 2004. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2841/1454>>. Acesso em 12 mar. 2016.

MARCHI JÚNIOR, W.; AFONSO, G. F. (2007). Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, L. C. (org.). **Futebol e Globalização**. 1 ed. Jundiaí: Fontoura, 2007, v. 1, p. 127-143.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. Cap. 2, p. 47-68

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164. 2006.

MINAYO, M. C. S. O. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S.(Org. ) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, O. A. S.; LAZZAROTTI FILHO, A.; INÁCIO, H. L. D. As políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã - **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, dez. 2015. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=38484&path%5B%5D=19787>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

NEVES, R. L. R. et al. Políticas públicas para minorias étnico-raciais, mulheres e juventude: notas introdutórias sobre as áreas de saúde, trabalho, educação, esporte e lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, dez. 2015. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=34689&path%5B%5D=19795>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

REIS, N. S. et al. O esporte educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 3, set. 2015. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/34326>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

REYNAGA-ESTRADA, P. Análisis ideológico de las políticas públicas en el deporte desde un enfoque psicosociológico en la cultura física: el caso Guadalajara, Jalisco, en república mexicana. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 4, p. 1093-1107, dez. 2012. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=16337&path%5B%5D=13123>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SANTOS, E. S. Ambiente Institucional e difusão do programa segundo tempo: uma análise da difusão regional de 2005 a 2009. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, mar. 2013. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/15535>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SANTOS, E. S.; ANDRADE, J. C.; SANTOS, R. S. Programa segundo tempo e o papel das prefeituras na sua difusão. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, dez. 2014. Disponível em:< <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/29020>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/10175>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SILVA, O. G. T.; ROMERA, L.; BORGES, C. N. A sociologia pública no campo da produção e intervenção em esporte e lazer. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/48257>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SOARES, J. P. F. et al. Formação e atuação profissional no contexto do programa esporte e lazer da cidade em Ubá, Minas Gerais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.18, n. 3, set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/26798>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SOUZA, A. P. P.; SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E. Barreiras e facilitadores para a implementação do programa segundo tempo: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=20113&path%5B%5D=15680>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. 2011. 421f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/downloads/TESES/2011/Tese%20Fernando%20Augusto%20Starepravo.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do programa esporte e lazer da cidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 3, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/19395>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) campo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fef&page=article&op=view&path%5B%5D=27450&path%5B%5D=19810>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. **Motrivência**, Florianópolis, ano 10, n. 11, p. 84-96, jul. 1998.

STIGGER, M. P. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.



TEIXEIRA, C. R. **A concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do programa de Pós-Graduação em educação: currículo (1975-2000)**. 2007, 224 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006a.

\_\_\_\_\_. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação - educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006b.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: Ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VARGAS, R. **Teoría Del entrenamiento**. Diccionario de conceptos. Dirección General de Actividades Deportivas y Recreativas. México: UNAM, 1998.

VERONEZ, L. F. C. et al. Agenda 21: uma referência para elaborar políticas públicas de esporte e lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 3, set. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/13925>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

.....

Recebido em: 04/05/2016  
Revisado em: 28/06/2016  
Aprovado em: 21/07/2016

Endereço para correspondência:  
[diegopetyk@uol.com.br](mailto:diegopetyk@uol.com.br)  
Diego Petyk de Sousa  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
R. Cel. Bitencourt, 689  
Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-290